

Inovação e a Teoria Institucional

Innovation and Institutional Theory

Maria de Fátima Silva¹, Luciano Antonio Prates Junqueira¹, Onésimo Cardoso²

¹Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil; ²Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil; ³Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, Brasil.

Correspondência: Maria de Fátima Silva. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Endereço: Rua Monte Alegre, 984 Perdizes, CEP.: 05014-901, São Paulo, SP, Brasil. Tel: 55 (11) 3670-8000. E-mail: mfatimasillva@gmail.com

Recebido: 09 de Setembro de 2015 Aceito: 21 de Agosto de 2016 Publicado: 01 de Outubro de 2016

DOI: <http://dx.doi.org/10.21714/1679-18272016v14n1.p106-114>

Resumo

O artigo apresenta uma discussão teórica sobre o tema inovação a partir de Schumpeter, e as contribuições dos autores neo-schumpeterianos articuladas a análise dos constructos da abordagem crítica da Teoria Institucional. O principal objetivo deste artigo é analisar a partir dos constructos da Teoria Institucional o processo de inovação como estratégia organizacional suas contribuições e/ou aspectos da Teoria que impactam o processo da inovação organizacional. Trata-se de ensaio baseado em revisão bibliográfica com ênfase nas obras de Schumpeter e dos neo-schumpeterianos, os quais oferecem análises situadas no campo da economia e da administração. Observa-se pela análise dos resultados que os constructos da teoria Institucional não conseguem dar conta das tensões causadas pelos processos inovadores, uma vez que essas tensões não podem ser eliminadas, pois são inerentes às atividades de inovação, além de ajudarem a energizar o processo da inovação.

Palavras-chave: Inovação; Schumpeter; Neo-schumpeterianos; Teoria institucional.

Abstract

The article presents a theoretical discussion on the subject innovation from Schumpeter, and the contributions of neo-Schumpeterian authors hinged the analysis of the constructs of the critical approach of the Institutional Theory. The main objective of this paper is to analyze from the constructs of Institutional Theory innovation process and organizational strategy, their contributions and / or aspects of the theory that impact the process of organizational innovation. It is essay based on literature review with emphasis on the works of Schumpeter and the neo-Schumpeterian, which provide analysis situated within the field of economics and management. It is observed by the analysis of the results that constructs the Institutional theory cannot handle the stresses caused by the innovation processes, since these tensions cannot be eliminated because they are inherent to innovation activities, and help to energize the process of innovation.

Keywords: Innovation; Schumpeter; Neo-Schumpeterian; Institutional theory.

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Attribution 3.0.

1. Introdução

A inovação representa atualmente o eixo estruturante da atividade econômica dos países industrializados. Dados da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) revelam que a inovação responde por cerca de 50% do crescimento econômico de longo prazo dos países industrializados (2015). Nesse sentido, o papel da inovação na transformação de um país em inovador e competitivo é fundamental.

O tema inovação representa uma das condições para manter ou melhorar a posição de um país e de uma empresa em seu mercado de atuação. Desta forma, faz-se necessário à criação de fatores competitivos ligados à inovação que estejam além das ênfases relacionadas ao aumento da eficiência e eficácia organizacional. Os novos desafios e as crescentes exigências, além das inesperadas demandas do mundo contemporâneo exigem um jeito novo de pensar a administração das organizações. Assim, a gestão da inovação é, hoje, um dos principais fatores que

determina a competitividade de setores, países e empresas.

Entretanto, os estudos nas áreas de economia e administração relativos à inovação são oriundos das ideias de Schumpeter (1997), por ser uma das principais referências no debate sobre inovação. As suas obras contribuíram significativamente com análises sobre as relações entre desenvolvimento econômico e inovação. Em seus estudos aborda o papel da tecnologia na sociedade, ao fazer dessa variável o motor do desenvolvimento econômico, estabelecendo, desde o início, as bases sobre as quais atua o mecanismo econômico. São elas: a propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência.

Atualmente, quando o assunto é inovação, ainda destacam-se as contribuições de Schumpeter (1997) e sua influência sobre as vertentes teóricas dos autores “neo-schumpeterianos”, que continuaram a desenvolver pesquisas sobre inovação, explorando as conexões entre desempenho comercial e capacidade de inovar tecnologicamente no âmbito das empresas para mantê-las competitivas e adequando-as, as questões ecológicas, sociais e culturais. Pois, a sociedade contemporânea e as organizações vivem um dilema. Ao ter que lidar com os avanços tecnológicos e científicos, e por outro lado desafios para superar problemas de dimensões sociais, ecológicas e culturais.

O presente artigo, primeiramente, apresenta as ideias de Schumpeter e as principais contribuições dos estudos dos autores Neo-schumpeterianos, os quais continuam as pesquisas explorando as ideias de inovação Schumpeterianas (1997). Posteriormente, é apresentada a perspectiva da TIC - tecnologia de informação e comunicação, como aborda Chesbrough (2006), e a perspectiva do “open innovation”, ao inovar no conceito de P&D pesquisa e desenvolvimento para o conceito de “conectividade e desenvolvimento”.

A articulação da análise da teoria institucional a partir de seus constructos, sob a perspectiva dos processos de inovação ao ter que lidar com as tensões inerentes às atividades que envolvem o processo e gestão da inovação.

Por último, contém as considerações sobre a articulação dos conceitos apresentados, bem como os insights produzidos na análise, sem a pretensão de esgotar o tema.

2. Inovação: de Schumpeter aos Neo-schumpeterianos

A construção da agenda da inovação teve seu maior impulso nos estudos da economia. Com as contribuições de Schumpeter no início do século XX abordando a importância dos avanços tecnológicos, tendo por base as inovações, para explicar o desenvolvimento das empresas e da economia, principalmente as profundas mudanças econômicas e sociais do capitalismo ao longo de sua história. A inovação representa papel central no desenvolvimento econômico de um país. Santos, Fazion e Meroe (2011), “reiteram que a teoria econômica schumpeteriana sobre o modelo capitalista do início da revolução industrial destaca a invenção e a inovação como principais forças do desenvolvimento econômico (2011 p.2)”.

O ciclo da inovação pode ser compreendido nas dimensões da invenção, inovação e imitação ou difusão; invenção significa a ideia potencialmente aberta para a exploração comercial, a inovação (exploração comercial) e a difusão a (propagação de novos produtos e processos pelo mercado). A abordagem schumpeteriana (1988) enfatiza as inovações radicais que envolvam mudanças no sistema econômico, diferentes, portanto, das inovações incrementais (melhorias das inovações radicais). A partir desses conceitos, diversos autores chamados de neo-schumpeterianos reforçaram as teses de Schumpeter sobre a importância da inovação e o impacto no desenvolvimento econômico no final do século XX com projeções para as primeiras décadas do século XXI ao ampliarem a análise, importância e o impacto da inovação na estrutura dos mercados e nas estratégias organizacionais.

Para os neo-schumpeterianos o desenvolvimento tecnológico não apenas tem papel primordial no processo da inovação, mas também promove o mais importante diferencial competitivo e possibilita a manutenção da posição de mercado ou a conquista de outros mercados no setor de atuação de uma determinada indústria. Assim, alguns dos neo-schumpeterianos como Freeman (1987) traz em sua abordagem aspectos técnicos, concepção e desenvolvimento, Dosi, Pavitt e Soete (1990) apontam a perspectiva do desenvolvimento e experimentação na criação de novos produtos, Prahalad (2004) fala da importância da tecnologia e Kelley (2005) traz um elemento novo em relação aos demais autores a dimensão da cultura e as equipes.

No Quadro 1 estão às perspectivas conceituais de alguns dos principais autores neo-schumpeterianos sobre a inovação. Apresenta as definições dos neo-schumpeterianos e permite-nos compreender: 1) não há discordâncias significativas entre os autores neo-schumpeterianos e Schumpeter; 2) há uma aproximação com os estudos de estratégia, processos organizacionais e marketing; 3) há alusões à tecnologia. Apesar do estudo da obra dos neo-schumpeterianos – não ser o objetivo do presente artigo – no entanto, mostra o empenho desses autores em detalhar a inovação no âmbito das organizações, um esforço ainda desafiador ao se conciliar os campos de estudo da economia e da administração.

Autores	Inovação
Freeman (1987)	Inovar é o processo que inclui as atividades técnicas, concepção, desenvolvimento, gestão e que resulta na comercialização de novos (ou melhorados) produtos, ou na primeira utilização de novos (ou melhorados) processos.
Dosi, Pavitt, e Soete, (1990)	Inovar é uma atividade complexa inserida em um processo ou relacionada com a descoberta, desenvolvimento, experimentação e adoção de novos produtos e/ou processos produtivos.
Higgins (1995)	Inovar é criar novos produtos ou processar melhorias em produtos existentes e o mesmo ocorre para os serviços. Os processos podem ser novos ou serem realizadas melhorias.
Rieg e Alves Filho (2003)	Inovar significa desenvolver tecnologias de processos e produtos viáveis comercialmente. Inovar tecnologicamente é aperfeiçoar o desempenho do produto.
Prahalad e Ramaswamy (2004)	Inovar é adotar novas tecnologias que permitem aumentar a competitividade da empresa no mercado.
Manual de Oslo 2005	Inovar é um processo contínuo e é adotado na melhoria de produtos e processo organizacional e de marketing.
Kelley (2005)	Inovar é o resultado de um trabalho em equipe, isto é, ser receptivo à cultura e tendências de mercado, aplicando conhecimento de maneira a visualizar o futuro e gerar produtos e serviços diferenciados.

Quadro 1: Síntese da visão de alguns autores Neo-schumpeterianos.

Fonte: Elaboração dos autores (2015).

Desta forma, observa-se no quadro 1 que para os neo-schumpeterianos a inovação se caracteriza como estratégia e modelo de gestão; além de reproduzirem as ideias de Schumpeter sem avanços conceituais, assim se mantêm a discussão sobre inovação nos aspectos econômicos, não havendo lugar para variáveis como política, cultura, entre outras.

Entretanto, no Manual de Oslo (terceira edição, 2005), (OCDE, 2005), a base para as políticas de fomento à inovação de vários países, mantém o viés econômico-administrativo, apesar de existirem fortes razões para incluir abordagens, mais amplas dos sistemas de inovação.

Uma das primeiras vertentes na gestão do modelo de pesquisa sobre inovação é a “hélice tripla” que se propõe a entender os processos inovadores a partir da conjugação de três segmentos: empresas, universidades e o Estado, constituidores dos sistemas nacionais de inovação; a proposta foi formulada por economistas e administradores ao longo dos anos de 1970 e 1980, com o importante papel de direcionar o processo da inovação dentro de formatos institucionais, além de proporcionar o financiamento da atividade inovadora em determinados setores estratégicos (VALENTE, 2010).

O sistema proposto pela “hélice tripla”, no entanto, não atingiu o campo das estratégias organizacionais e dos modelos de gestão associados aos investimentos organizacionais privados em inovação. Como apresentado por Nelson (2006) o limite da abordagem da “hélice tripla” é “de origem”, isto é, resulta da premissa da economia neoclássica e de parte de seus modelos de desenvolvimento nos quais as firmas operam sempre em condição de maximização dos fatores de produção e na taxa média de lucro por setor.

No segmento de tecnologia da informação e comunicação (TIC), Chesbroug (2006), apontou os limites das estratégias estritamente competitivas ao propor a *open innovation*. Sua abordagem apresenta inovação como estratégia para ser compreendida e gerida para além das fronteiras da organização e do Estado nacional, um novo entendimento para as atividades de P&D, que devem ser pautadas pela “conectividade e desenvolvimento”, como representado na Figura 1.

No argumento da “inovação aberta”, a economia globalizada, a flexibilidade dos formatos organizacionais (empresas, agências estatais e centros de pesquisa), a formação e o desenvolvimento de redes ganham importância e é tema central das pesquisas de inovação).

Nesta perspectiva da inovação aberta à utilização de nova tecnologia e das redes é que permitirão o crescimento da organização, a qual deveria buscar novos modelos de gestão com foco em redes de conexão (CHESBROUGH, 2006).

No âmbito das ciências sociais a rede pode ser entendida como uma ordem espontânea que emerge do resultado das interações descentralizadas entre indivíduos e/ou organizações (JUNQUEIRA, 2008). Estas redes de relações se constituem pelas interações entre os diversos intervenientes de suas ações e essas organizações se compõem por várias conexões, a fim de um resultado apoiado em uma relação colaborativa e sinérgica (LIMA; CAMPOS

FILHO, 2009; STEENSMA; MARINO; WEAVER, 2000). Essas organizações devem trabalhar colaborativamente com outras organizações, pois assim, podem gerar novos *inputs* no sistema organizacional (CASTELLS, 2003). Nos estudos realizados por Granovetter evidencia-se a perspectiva sociológica de que as redes integram os atores em seus contextos relacionais e possibilitam o acesso a oportunidades existentes na estrutura social e econômica (2000). Assim, Granovetter define as redes como um...

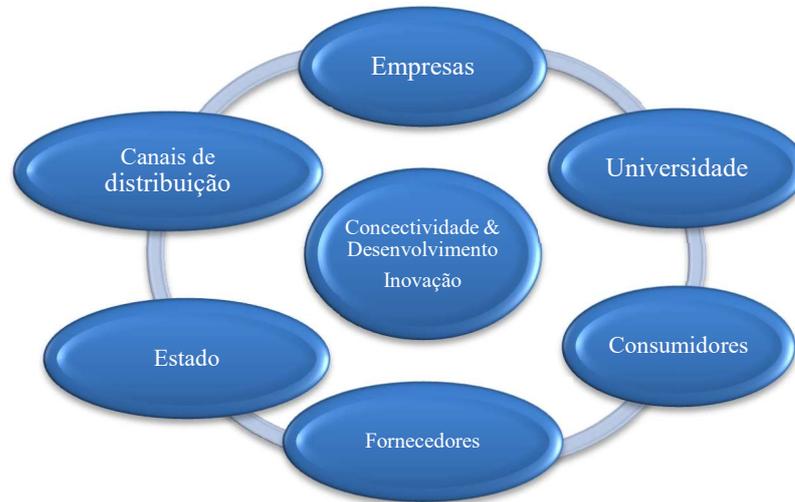


Figura 1: Inovação Aberta – Conectividade e desenvolvimento.

Fonte: Adaptado pelos autores de Chesbrough (2006).

“...conjunto de nós ou atores (pessoas ou organizações) ligados por relações sociais ou laços de tipos específicos”. Um laço ou relação entre dois autores tem força [*strength*] e conteúdo. “O conteúdo inclui informação, conselho ou amizade, interesses compartilhados ou pertencimentos e, tipicamente, algum nível de *confiança*” (GRANOVETTER et. al., 1998, p. 219).

Segundo Castells (1999) a partir das TIC's tecnologias de informação e comunicação as redes sociais no mundo contemporâneo, nas arenas informacionais, devido ao uso múltiplo e desregulamentado das redes tecnológicas têm possibilitado o florescimento de organizações e entidades inusitadas e cada vez mais atuantes em diferentes realidades sociais e organizações, ao lidar com diversas situações. Assim, as redes sociais podem se constituir como uma das estratégias subjacentes utilizadas pelas organizações no compartilhamento da informação e do conhecimento, mediante as relações entre atores que as integram instituições, organizações e indivíduos.

Na medida em que o conceito de estratégia avança para a “inovação aberta” e por isso mesmo amplia o processo de pesquisa e desenvolvimento da organização, fenômenos como interação entre os atores da cadeia de desenvolvimento da organização como demonstrado na figura 2 (empresas, universidades, consumidores, fornecedores e canais de distribuição) e co-criação produzem problemas novos que precisam de soluções diferentes das tradicionais.

A inovação na perspectiva do “*open innovation*” destaca-se como fator importante no processo de competitividade da organização em seu setor de atuação do ponto de vista econômico. Entretanto, observam-se lacunas importantes para discutir quanto ao modelo de gestão da inovação, tais como regras de propriedade intelectual, aspectos jurídicos, a formação das redes de pesquisa e as sinergias entre setores público e privado na área tecnológica. Estas questões têm ocupado a atenção do Estado na formulação de políticas para inovação no Brasil, mas ainda é prematuro avaliar os impactos dessas políticas na sociedade, particularmente por que a temática da inovação penetrou na agenda pública do país apenas na dimensão econômica e organizacional.

As contribuições das ciências sociais na sociedade em rede, análise dos impactos da TICs na vida cotidiana, entre outros, podem ajudar a ultrapassar as fronteiras da inovação e contribuir para a solução de problemas associados à inovação.

3. Inovação e a Teoria Institucional

A relação entre organizações e instituições está na raiz dos estudos organizacionais com o debate na década de 70 da crise do paradigma estrutural funcionalista. O qual aborda as críticas ao seu caráter fechado das proposições, à ausência de visão histórica, e à natureza marginal dos aspectos políticos.

Este processo, decisivo na revitalização do campo da Teoria das Organizações, permitiu a aparição de novas correntes de estudo, onde cada uma dava prioridade a distintos elementos das organizações ou de seus contextos: o poder, a cultura, a estratégia, o contexto ecológico ou as instituições. Pois, a Teoria Institucional atende aos aspectos mais profundos da estrutura social.

Já os analistas que se situam no marco da teoria abordam a contribuição de diferentes abordagens para a compreensão do binômio organização/ambiente, o qual começa a sofrer críticas dos que consideram “ademais das questões técnicas e financeiras, a influência dos fatores sociais e culturais enquanto elementos do ambiente institucional no funcionamento organizacional, (SCOTT, 1995a:26)”.

Para Scott o Institucionalismo surge como o instrumento de estudo dos processos dinâmicos e da evolução cultural, negando se a ser uma teoria econômica da eficiência estática e do equilíbrio de mercado e argumenta que “... não existe uma única e universalmente acordada definição de uma "instituição" na escola institucional de pensamento... (1995a:33, 2001a:48)”.

A teoria institucional nesta perspectiva trará notável, ainda que inacabadas contribuições a este tema. Entre elas estão os estudos realizados por institucionalistas como Meyer e Rowan (1992) que apontam a conformidade das estruturas organizacionais aos valores vigentes no ambiente. Entretanto, Meyer e Rowan observam que a sobrevivência das organizações pode estar nas estruturas formais ao invés da sobrevivência a partir dos resultados das tarefas em questão.

Assim, o sucesso organizacional depende de fatores que vão além da eficiência na coordenação e controle das atividades de produção. Independentemente de sua eficiência produtiva, organizações inseridas em ambientes institucionais altamente elaboradas legitimam-se e ganham os recursos necessários a sua sobrevivência se conseguirem tornarem-se isomórficas nos ambientes (MEYER; ROWAN, 1977, p. 352).

A perspectiva institucional abandona a concepção de um ambiente formado exclusivamente por recursos humanos, materiais e econômicos para destacar a presença de elementos culturais – valores, símbolos, mitos, sistema de crenças e programas profissionais. Scott (2004) pesquisa como esses elementos são criados, difundidos, aprovados e adaptados ao longo do espaço e do tempo e a forma como caem em decadência e desuso. Além disso, Scott afirma que as instituições são estruturas sociais que atingiram um alto grau de resiliência (2004). Compostas de normativos e regulativos elementos culturais que, juntamente com atividades associadas e recursos, proporcionam estabilidade e significado à vida social.

As instituições são transmitidas por vários tipos de transportadores, incluindo os sistemas simbólicos, sistemas relacionais, rotinas e artefatos. Instituições operam em diferentes níveis de competência, a partir do sistema mundial de relações interpessoais. Segundo Scott, “as instituições, por definição, conotam estabilidade, mas estão sujeitas aos processos de mudança, tanto incremental e descontínua...” (2001, p. 48)”.

Segundo Tolbert e Zucker (1999) nos processos de institucionalização, ações se tornam habituais e referem-se a comportamentos que se desenvolveram empiricamente os quais podem ser adotados por um ator ou grupo de atores para resolverem problemas recorrentes. No diagrama da figura 2 são demonstrados os processos inerentes à institucionalização quanto à estratégia da inovação nas organizações.

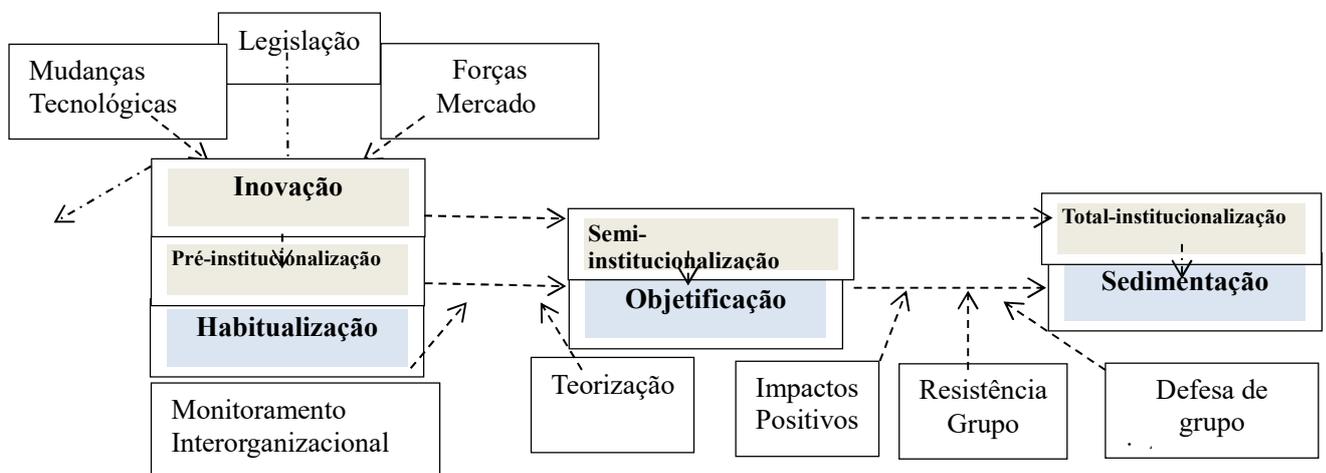


Figura 2: Processos inerentes à institucionalização na Inovação.

Fonte: Adaptado pelos autores de Tolbert e Zucker (1999, p. 207).

Para Tolbert e Zucker (1999) em uma instituição, o resultado ou o estágio final de um processo de institucionalização, é definido como uma tipificação de ações tornadas habituais. Para as autoras o conjunto de processos sequenciais...

...habitualização, objetificação e sedimentação – sugerem variabilidade nos níveis de institucionalização, implicando, deste modo, que alguns padrões de comportamento social os quais estão mais sujeitos do que outros à avaliação crítica, modificação e mesmo a eliminação (TOLBERT; ZUCKER, 1999, p. 205).

Para compreender o diagrama da Figura 3 proposta por Tolbert e Zucker (1999) cabe a análise detalhada dos estágios do processo de institucionalização: pré-institucionalização, semi-institucionalização e total institucionalização.

No pré-institucional, encontram-se as forças que vem de fora da organização, oriundas de mudanças de tecnologias, de legislações e das forças do mercado onde a empresa se insere, as quais estimulam às organizações a introdução de processos de inovação.

O processo desencadeado por essas forças podem levar à criação de novos hábitos.

Entretanto, na visão de DiMaggio e Powel (1983) os estímulos não são exclusivamente oriundos de forças externas. Para os autores, as organizações buscam o poder político e legitimidade institucional, tanto para o bem social como econômico.

No processo de mudança, a fase de habitualização, representa como os estímulos são percebidos pelos diversos agentes dentro da organização, e como cada um, em suas características individuais, responde aos estímulos na busca por soluções em um processo de inovação.

Como consequência, surgem diversas soluções nesta fase, porém, o resultado disso é que, poucas soluções são equivalentes, isto é, não há teorização nas soluções encontradas e adotadas pelos atores organizacionais. Dessa forma, nessa fase inicial (habitualização) as organizações alcançam baixos índices de propostas de novas estruturas.

Ao se identificar o processo de como as soluções são propostas, observa-se a variância, em razão da diversidade de abordagens realizadas pelos indivíduos da organização. Em consequência, nessa fase, há baixa eficiência e taxa de sucesso decorrente do processo de institucionalização.

Já no estágio de semi-institucionalização identifica-se a formação das objetificações como o resultado da cristalização das instituições formadas entre os indivíduos (atores individuais), e da institucionalização, como sendo o processo de transmissão desse objeto, já cristalizado, para as novas gerações (TOLBERT; ZUCKER, 1999). Esse aspecto pode ser analisado pelo fato das organizações apoiarem-se em informações e resultados de outras organizações, além disso, há o acompanhamento do que acontece no mercado, a fim de elevar sua competitividade em relação aos seus concorrentes (TOLBERT; ZUCKER, 1999).

Assim, a objetificação é parte da estrutura e pode se concluir, que é consequência do monitoramento dos esforços dos competidores, e do acompanhamento das novas estruturas produzidas internamente, a fim de aumentar sua competitividade relativa.

Segundo Selznick (1996) o processo de inovação da organização é impulsionado pela expectativa de agregar valor.

Segundo Tolbert e Zucker (1999) as organizações que passam pelo processo de objetificação se difundem com maior eficácia. E esse processo de difusão de institucionalizar a organização na fase (semi-institucional) decorre pela normatização, e como consequência, tem baixo processo de imitação. Assim, é possível que outros grupos tenham maior aderência ao elemento novo (independentemente de suas crenças iniciais), tornando o grupo heterogêneo.

Segundo Russo, *et al* (2012) para que haja eficácia na difusão dos novos conceitos que sustentam o novo elemento que se pretende institucionalizar, são necessárias dois aspectos de teorização: a) a definição de um problema organizacional genérico e a definição dos atores organizacionais caracterizados pelo problema; b) a justificação de um arranjo estrutural formal, com bases lógicas”.

No aspecto referente ao problema é necessário reconhecer sua existência ou uma insatisfação a ser resolvida, já a segunda irá depender do desenvolvimento de teorias que identifiquem os pontos de insatisfação ou de fracassos, para assim se identificar uma solução ou tratamento específico (TOLBERT; ZUCKER, 1999; STRANG; MEYER, 1993).

Já a sedimentação se caracteriza pela propagação virtualmente completa das estruturas por todo o grupo e pela perpetuidade, por um período consideravelmente longo de tempo.

Por fim, o estágio de total institucionalização é associado ao processo de sedimentação. Segundo Tolbert e Zucker “a total institucionalização se dá pela continuidade do uso e da manutenção da estrutura por meio de sua sobrevivência ao longo de gerações sucessivas de membros nas organizações” (1999, p. 209).

Segundo Tolbert e Zucker,

a identificação dos fatores que afetam a medida da difusão e a retenção em longo prazo para a referida estrutura é, assim, a chave para a compreensão do processo de sedimentação”. “As autoras abordam ainda que um dos fatores que tem sido apontado em grande número de estudos é o papel de oposição que muitos atores da organização assumem e se mobilizam contra (1999, p. 209-210).

Por outro lado, Tolbert e Zucker afirmam que na ausência de oposição direta, a sedimentação pode ser comprometida gradualmente pela falta de resultados demonstráveis associados a essa estrutura, ou seja, a existência de uma relação fraca entre os resultados desejáveis e a estrutura, pode ser suficiente para afetar sua difusão, seja pela redução dos esforços de seus defensores, seja pela redução dos esforços de teorização e de promoção.

Dessa forma, algumas situações denotam dificuldades em se associar os benefícios às novas estruturas, assim sendo, a institucionalização total depende, possivelmente, de efeitos conjuntos de diversas naturezas. Assim, observa-se que a institucionalização em um processo de inovação, como demonstrado, caso não leve em conta a necessidade da organização de implementar uma estratégia de gestão do processo da inovação, terá de administrar os conflitos inerentes, para torna-la competitiva e ágil em seu mercado de atuação.

Dessa forma, a reversão deste processo, isto é, a desinstitucionalização, o qual, provavelmente requererá mudança no ambiente interno (alterações impostas pelo mercado e mudanças tecnológicas), e assim permitir que os atores sociais, cujo interesse esteja alinhado com a estratégia, possam romper com o paradigma vigente, e permitir a abertura das fronteiras da organização ao processo de gestão do processo da inovação.

Esperamos que as singularidades e interfaces dos constructos analisados contribuam para a agenda de discussões sobre inovação, a estratégia do “*open innovation*” e a teoria institucional.

4. Considerações Finais

A contribuição de inovação de Shumpeter não está apenas em ser um pensador original e criativo, mas por manter suas ideias de inovação tão atuais, com conteúdo universal, por ter sido um dos poucos economistas a se aventurar a fazer uma análise da transição social sob o capitalismo. Considerando as definições schumpeteriana e os autores neo-schumpeterianos os processos de inovação diferem de setor para setor em termos de desenvolvimento, taxa de mudança tecnológica, interações e acesso ao conhecimento, assim como em termos de estruturas organizacionais e fatores institucionais.

Ao se analisar os setores tradicionais com o “paradigma” schumpeteriano, como os mecanismos de mercado, ênfase econômica e nas ciências organizacionais e os investimentos em P&D, observa-se que as abstrações podem não dar conta de explicar as escolhas e as controvérsias da inovação sob a ótica da teoria institucional. Assim, o processo da inovação organizacional, pode ser submetido a uma infinidade de enfoques, que estão além da teoria.

Como exemplifica Almeida (2006), ao destacar que as inovações sociais existem e estão ligadas ao bem-estar dos indivíduos ou das comunidades (pelo emprego, consumo e da participação), podem assumir as mais diversas formas. Mesmo “a *open innovation*, nascida no campo ‘ortodoxo’ da estratégia organizacional já abre interações com outras áreas do conhecimento que podem ajudar na gestão de redes, das pessoas interagindo sem hierarquia, etc. Esta perspectiva de análise impacta nos constructos da teoria institucional.

Desta forma, é necessário construir novas perspectivas de análises já que as visões conceituais estabelecidas não enfocam todas as dimensões das questões organizacionais para permitir a inovação.

A inovação requer um comprometimento mais profundo do que o trabalho normal, segundo Burns e Stalker (1966), pois a responsabilidade aumenta, e centra-se mais profundamente no terreno da ambiguidade e das mudanças rápidas onde são geradas as inovações.

Ao focalizar a maneira de realizar as atividades essenciais da inovação em toda a organização, temos as tensões que não são novas no contexto organizacional, as quais compreendem: o externo versus interno, o novo versus velho, a determinação versus emergência e a liberdade versus responsabilidade, que devem ser equilibradas.

Os constructos da teoria Institucional não conseguem dar conta dessas tensões causadas pelos processos inovadores, visto que essas tensões não podem ser eliminadas, pois são inerentes às atividades de inovação, além de ajudarem a energizar o processo da inovação. Essas tensões devem ser equilibradas por meio de toda a organização, porque as atividades inovadoras estendem-se além de um projeto e está inexoravelmente ligada a

toda a organização.

O problema-chave é como a organização inovadora, com suas complexidades podem resolver os problemas de funcionamento normal (isto é, operações eficientes, redução de complexidade, controle e gestão) e, ainda assim, incorporar em sua estratégia a inovação em seu modelo de gestão.

A proposta dos estudiosos interessados em compreender os rumos da inovação nas organizações e na sociedade contemporânea significa uma mudança de enfoque analítico-conceitual, do contexto e da compreensão do sistema da inovação. Um dos desafios das pesquisas nesta área é conseguir o equilíbrio entre as análises exclusivamente quantitativas sobre evolução da TI e a natural dinâmica dos fenômenos organizacionais e culturais propriamente ditos.

Referências

- ANDRADE, T. **Inovação e ciências sociais: em busca de novas referências**. Revista Brasileira de Ciências Sociais: volume 20 nº 58 jul./2005.
- ALMEIDA, V. **O Terceiro Setor na economia do conhecimento**. Instituto Superior Miguel Torga, Revista Interações, out./2006, v.11. p. 53-83. Disponível em: <http://interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/viewFile/195/2022010>. Acesso em 16.05.2014.
- BURNS, T.; STALKER, G.M. **The Management of innovation**. 2. Ed. Londres: Tavistock, 1966.
- CALLON, M. "Society in the making: the study of technology as a tool for sociological analysis", In: Wiebe Bijker et al. (eds.), **The social construction of technological systems**, Mass., Cambridge, MIT Press, 1987.
- CASTELLS, M. **A galáxia da Internet**. Trad. Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.
- CHESBROUGH, H. W. **The era of open innovation. Managing innovation and change**, Harvard Business review, v. 127, n. 3, p. 34-41, 2006.
- COSTA, O. M. E. **Desenvolvimento na perspectiva estruturalista e neo-schumpeteriana** – IPCE, Textos para discussão, N.96, 2011.
- DIMAGGIO, P. J., POWEL, W. W. **The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields**. American Sociological Review, 48 (2), 147-160 1983.
- DOSI, G., PAVITT, K., SOETE, L. **The economics of technical change and international trade**. London: Harvester Wheatsheaf, 1990.
- FLICHY, P. **L'innovation technique**. Paris, La Découverte, (1995).
- FREEMAN, C. **Economics of industrial innovation**. Cambridge, MIT, (1987).
- GRANOVETTER, M., CASTILLA, E., HWANG, H. **Social Networks in Silicon Valley, The Silicon Valley Edge**. In: LEE, C. M.; MILLER, W. F.; HANCOCK, M. G.; ROWEN, H. S. (Eds.) Stanford: Stanford University Press, 1998. p. 218-247, p. 219.
- HIGGINS, M. **Innovate or evaporate – Test & improve your organizations I.Q. Its Innovation Quotient**. New York: New Management Publishing Company, 1995.
- JUNQUEIRA, L. A. P. **Gestão Social: Organizações parceria e redes sociais** In: CANÇADO, A.C. et al. **Os desafios da formação em gestão social**. Palmas/To: Coleção Enanpegs, 2008.
- KELLEY, T. **The ten faces of Innovation: IDEO'S Strategies for beating the devil's advocate of driving creativity throughout your organization**, 1st Ed. NY: Doubleday, 2005.
- LIMA, F. G. S. N., CAMPOS FILHO, L. A. N. **Mapeamento do Estudo Contemporâneo em Alianças e Redes Estratégicas**. In: Revista Brasileira de Gestão de Negócios, vol. 11, núm. 31, abril-junho, 2009, pp. 168-182.
- MEYER, J. W. "The Effects of Education as an Institution", American Journal of Sociology, 83: 53-77, 1977.
- NELSON, R. **As fontes do crescimento econômico**. Campinas: Unicamp, 2006.
- OCDE. **Organização para cooperação e desenvolvimento Econômico**. Manual de Oslo. 3. ed. 2005. Tradução oficial realizada pela FINEP/Brasil, baseada na versão original da OECD (2005). Disponível em: http://download.finep.gov.br/dcom/brasil_inovador/arquivos/manual_de_oslo/cap1_01_introducao.html. Acesso em 12.05.2014.
- OECD - The Organisation for Economic Co-operation and Development

Disponível em: Secretary-General's Strategic Orientations - 2014

<http://www.oecd.org/about/secretary-general/MCM-2014-Strategic-Orientations-SG.pdf> Acesso em 13.01.2015.

PRAHALAD, C. K., RAMASWAMY, V. **Co-creation experiences: The next practice in value creation.** Journal of Interactive Marketing, Volume 18, Issue 3, pages 5–14, Summer 2004.

RIEG, D. L., ALVES FILHO, A. G. **Esforço tecnológico e desempenho inovador das empresas do setor médico-hospitalar localizadas em São Carlos, SP.** Revista Gestão & Produção, 2003, v.10, n.3, p.293-310.

RUSSO, P.T., PARISI, C., MEGLIONI, E., ALMEIDA, C.B. **Evidências de elementos de institucionalização do Balanced Scorecard na obra “A estratégia em ação”: um olhar baseado na teoria institucional.** Revista Contabilidade e Finanças. USP, SP v.23, n.58 p. 7-18, 2012.

SANTOS, A. B.; FAZION, C.; MEROE, G.; P.; S. **Inovação: um estudo sobre a evolução do conceito de Schumpeter.** Caderno de Administração da FEA – PUC/SP.V.5n (2011)

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico.** Trad. Maria Silvia Possas, Ed. Nova Cultural, São Paulo, Edição: 1997.

SCOTT, R.; W. **Instituições e organizações.** Thousand Oaks, CA, Sage, 1995 e 2001a.

SCOTT, R.; W. A "Teoria institucional" In: Encyclopedia of Social Theory, George Ritzer, Ed. Thousand Oaks, CA: Sage. 2004, p. 408-14.

SELZNICK, P. **Institutionalism "old" and "new".** Administrative Science Quarterly, 41 (2); 1996. p. 270-277.

SOUZA, E. **Cultura, práticas sociais e inovações: três conceitos associados.** Ver. Faces Belo Horizonte vol.II nº 2 p.210-230 abr./jun. 2011

STEENSMA, H. K.; MARINO, L.; WEAVER, K.M. **Attitudes toward Cooperative Strategies: A Cross-Cultural Analysis of Entrepreneurs.** Journal of International Business Studies, Published by: Palgrave, Vol. 31, No. 4 (4th Qtr., 2000), pp. 591-609.

STRANG, D., & MEYER, J. W. **Institutional conditions for diffusion.** Theory and Society, 22 (4), 1993. p. 487-511.

TIDD, J., BESSANT, J., PAVITT, K. **Gestão da inovação.** 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

TOLBERT, P.S., ZUCKER, L.G. A institucionalização da Teoria Institucional, In: **Handbook de estudos Organizacionais. Modelos de análises e novas questões em Estudos Organizacionais.** São Paulo: Atlas. Vol 1. 1999. p. 196-218.

VALENTE, L. Entrevista: Henryetz kovitz. **Hélice tríplice: metáfora dos anos 90 descreve bem o mais sustentável modelo de sistema de inovação.** Conhecimento & Inovação vol.6 nº. 1 Campinas 2010. <http://inovacao.scielo.br/pdf/cinov/v6n1/02.pdf>. Acesso em 16.05.2014.